



Deputado Estadual Zé Inácio e sindicato de vigilantes do Maranhão debatem com o MP a Lei que garante vigilância armada nas Agências Bancárias



Participaram da audiência, da esquerda para a direita, a Diretora Executiva do Sindicato dos Bancários Gerlane Pimenta, o Presidente Elói Natan o Vice-presidente do Sindicato dos Vigilantes, Daniel Pavão a Promotora Lítia Cavalcante e o Deputado Zé Inácio

O deputado estadual Zé Inácio (PT), o Sindicato dos Bancários e o Sindicato dos Vigilantes do Maranhão participaram de uma audiência, na manhã desta terça-feira (26), com a Promotoria do Consumidor, sobre o cumprimento da Lei Estadual nº 10.605/2017, de autoria do parlamentar, que garante vigilância

armada nas agências bancárias por 24 horas.

O deputado Zé Inácio e os sindicatos informaram à Promotora Lítia Cavalcante que, assim que a Lei foi sancionada pelo Governador Flávio Dino, todas as agências bancárias do Estado foram notificadas pelo Instituto de Promoção e Defesa do Cidadão e Consumidor

(Procon/MA) para cumprir a legislação, que determina que todas as agências bancárias já são obrigadas a contratar vigilância armada para atuar 24 horas por dia, inclusive em finais de semana e feriados, no entanto; mas segundo eles, a norma não está sendo cumprida.

“Se a Lei já está em vigor ela deve ser aplicada, por isso iremos ajustar todos os trâmites legais, visto que é evidente que as agências ficam suscetíveis a incidências de crimes causando insegurança aos consumidores”, disse a Promotora Lítia Cavalcante.

Os sindicatos informaram que as agências bancárias do Estado só possuem vigilância eletrônica e que em casos de saídas bancárias a polícia só chega ao local cerca de quarenta minutos após o ocorrido. Outro dado é que mais de 80% dos crimes ocorridos nas instituições bancárias ou em suas redondezas ocorrem nos finais de semana e no turno da noite.

“Boa parte destes dados são da própria Segurança Pública do Estado, o que é mais uma afirmativa que a sociedade e os funcionários precisam de mais segurança tanto dentro das agências como nas proximidades, por isso iremos tomar todas as medidas possíveis para que possamos garantir a execução da Lei”, garantiu o deputado Zé Inácio.

Ficou acordado ao término da reunião, que os dois sindicatos irão realizar uma representação conjunta contra as agências bancárias com todos os dados necessários e em seguida uma reunião deverá ser agendada com o Banco Central para garantir a efetividade da Lei.

Participaram da audiência o Deputado Zé Inácio, a Promotora Lítia Cavalcante, o Presidente do Sindicato dos Bancários Elói Natan e a Diretora Executiva Gerlane Pimenta, e o Vice-presidente do Sindicato dos Vigilantes do Maranhão, Daniel Pavão.

Fonte: AL/MA

Comissão de Trabalho debate situação de terceirizados na Câmara

A Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público discute nesta quinta-feira (28) a situação dos trabalhadores terceirizados da Câmara dos Deputados. O debate atende a requerimento da deputada Erika Kokay (PT-DF).

A deputada destaca a relevância da prestação dos serviços dos contratados pelas empresas licitadas, em os quais as tarefas cotidianas dos parlamentares não seriam possíveis.

Foram convidados:

- o deputado distrital **Chico Vigilante;**
- o procurador-chefe da Procuradoria Regional do Trabalho da 10ª Região, do Ministério Público do Trabalho, **Alessandro Santos de Miranda;**
- a presidente da Associação dos Trabalhadores Terceirizados do Congresso Nacional, **Valdívia Martins Ramos;**
- o presidente do Sindicato dos Trabalhadores em Telecomunicações do Distrito Federal, **Brígido Roland Ramos;**
- o presidente do Sindicato dos Vigilantes,

Francisco Paulo de Quadros;

- a presidente do Sindicato dos Empregados em Empresas de Asseio, Conservação, Trabalho Temporário, Prestação de Serviços e Serviços Terceirizados no Distrito Federal, **Maria Isabel Caetano dos Reis;**

- o presidente do Sindicato dos Trabalhadores de Empresas e Órgãos Públicos e Privados de Processamento de Dados, Serviços de Informática, Similares e Profissionais de Processamento de Dados do Distrito Federal, **Djalma Araújo Ferreira;**

- o presidente do Sindicato da Indústria da Construção Civil do Distrito Federal, **Luiz Carlos Botelho Ferreira;** e

- o presidente da Central Única dos Trabalhadores de Brasília, **Rodrigo Lopes Britto.**

O debate será realizado às 9 horas, no plenário 12.

Fonte: Câmara dos Deputados

Comunicado aos Vigilantes de Niterói e Região/RJ

Comunicamos aos Vigilantes das empresas de Segurança BMC, BRASEG e BRASVIG que prestam serviço nos Municípios de Niterói e regiões, que hoje dia 27/09/17 as 14 horas vamos ter mais uma rodada de mesa redonda será realizada no Ministério do Trabalho em Niterói onde estaremos dando a oportunidade das empresas assumir a sua responsabilidade e pagar a cesta básica a título de assiduidade para

todos os vigilantes da nossa base territorial que não tiver falta dentro do Mês.

Se a empresa se recusar a pagar solicitaremos fiscalização nas empresas e vamos entrar na Justiça.

Claudio Vigilante

Presidente do Sindicato dos Vigilantes de Niterói e regiões.

Comissão analisa concessão de porte de arma de fogo a novas categorias



Pedro França/Agência Senado

Integrantes das carreiras de perícia médica da Previdência Social, auditores tributários dos estados e do Distrito Federal, oficiais de justiça, avaliadores do Poder Judiciário dos estados e do Distrito Federal e defensores

públicos poderão ter direito a porte de arma de fogo. Essa possibilidade está prevista no Projeto de Lei da Câmara (PLC) 30/2007, que está na pauta da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) desta

quinta-feira (28).

A proposta altera o Estatuto do Desarmamento para conceder porte de arma de fogo a mais servidores de diversas categorias. A arma poderá ser particular ou fornecida pelo Poder Público, ser usada mesmo fora de serviço, exigida a comprovação de capacidade técnica e aptidão psicológica para o manuseio dos equipamentos. As condições de uso e a duração da autorização, segundo o projeto, serão estabelecidas em regulamento.

O relator, senador Hélio José (PMDB-DF), fez alguns ajustes de redação. Dessa forma, observou, o projeto não necessitará retornar à Câmara dos Deputados, se aprovado no Senado. O autor do projeto é o deputado Nelson Pellegrino (PT-BA).

Uma das modificações foi a exclusão das carreiras da Receita Federal e de auditor-fiscal do Trabalho, que já foram contempladas por outra lei. O relator também rejeitou emenda do senador Humberto Costa (PT-PE) que tinha como objetivo estender o benefício aos auditores-fiscais federais agropecuários. Para Hélio José, apesar de meritória, a medida deve ser aprovada em outro projeto que está na Câmara para evitar que o PLC 30/2007 volte à análise dos deputados.

Categorias

Para o relator, o porte de arma de fogo deve ser concedido aos servidores integrantes das carreiras de Perícia Médica da Previdência Social, cujo papel é examinar o segurado para verificar se este tem direito a alguma prestação, como auxílio-doença ou aposentadoria por invalidez. “Em várias ocasiões, o perito, quando nega o benefício, sofre ameaças e até mesmo agressões físicas do paciente”, argumentou. Mas os peritos médicos não poderiam portar

arma no interior do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), que guardaria as armas durante a jornada de trabalho.

Helio José defendeu a inclusão dos auditores tributários dos estados e do Distrito Federal (DF) pois, segundo ele, frequentemente, são alvo de vingança, ao aplicarem multas ou apreenderem mercadorias. “Seria incoerência não manter a mesma prerrogativa a que têm direito os auditores e analistas da Receita Federal que arriscam suas vidas nas fiscalizações, inclusive nas fronteiras, e, por isso, já têm direito a porte de arma”, justificou.

O porte também deve ser concedido aos oficiais de justiça e aos avaliadores do Poder Judiciário da União e dos Estados. Trata-se de profissionais que executam mandados judiciais de busca e apreensão de pessoas e bens, de intimação, de despejo, de reintegração de posse, de penhora e avaliação, entre outros. Por esse motivo, tais servidores sofrem violência no cumprimento do dever. “O argumento de que esses servidores não necessitariam de porte de arma porque poderiam requerer apoio de força policial é desconectado da realidade. Qualquer diligência realizada por esses servidores é potencialmente perigosa. Não há como prever se o uso da força será necessário, e jamais haveria efetivo policial suficiente para acompanhar todas as diligências”, explicou no relatório.

De acordo com o relator, o porte também deve ser assegurado aos defensores públicos, por uma questão de isonomia, pois os membros da Magistratura e do Ministério Público têm porte de arma garantido pelas respectivas leis orgânicas.

Fone: Agência Senado

Correios e Banco do Brasil tentam acordo para impedir fechamento de bancos postais



Pedro França/Agência Senado

A Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR) discutiu, em audiência nesta terça-feira (26), a possibilidade de fechamento de agências de bancos postais em todo o país. De acordo com os participantes, os comandos do Banco do Brasil e dos Correios ainda não chegaram a um acordo para impedir o fim dos serviços em várias localidades.

Os Correios ameaçam acabar com a atividade em quase 2 mil agências em cidades e estados onde há obrigatoriedade legal de manutenção de vigilantes armados. A empresa alega que não tem como arcar com tais custos, principalmente em lojas deficitárias.

- Fechar significa destruir o comércio local, punir o aposentado, afetar brutalmente a economia. Temos consciência disso. E tomamos uma decisão doída, muito a contragosto - admitiu o presidente da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (EBCT), Guilherme Campos.

Segundo ele, existem atualmente no Brasil 6.045 unidades dos Correios com serviço de banco postal, das quais 5.062 dão prejuízo. Guilherme Campos ainda informou que das 1.979 agências operando em locais com obrigatoriedade de segurança armada, 1.558 são deficitárias.

- Essa é a realidade. Não temos capacidade financeira de assumir pagamento de vigilante.

Mas é bom deixar claro: vamos encerrar apenas a atividade bancária; as agências continuarão abertas cumprindo sua função de universalizar os serviços postais - garantiu.

Proposta

O vice-presidente do Banco do Brasil, Walter Malieni Júnior, lembrou que as duas instituições estão tratando do assunto e propostas estão sendo encaminhadas. Ele disse que o banco estaria disposto a dividir com os Correios o custo de R\$ 8 milhões mensais para garantir a segurança das 1.979 agências. A proposta foi apresentada pelo deputado Júlio César (PSD-PI), mas não foi aceita pelo presidente da EBCT, Guilherme Campos.

— De qualquer forma, o assunto está sendo discutido com boa vontade pelas duas partes. Há outras propostas na mesa. Acredito numa solução gradativa - afirmou Malieni.

O Banco do Brasil começou a operar a atividade bancária nas agências postais em 2011, quando venceu uma disputa com outros bancos privados. O contrato terminou no fim de 2016, quando foi feito novo leilão. Na época, não apareceram interessados em explorar o serviço. Desde então, o BB tem operado o sistema por meio de um acordo.

Pressão

A presidente da CDR, senadora Fátima Bezerra (PT-RN), afirmou ser inadmissível o fim dos bancos postais e deu o exemplo do problema no Rio Grande do Norte, onde 130 das 167 cidades do estado ficarão sem acesso a qualquer tipo de serviço bancário. Ela ainda disse desconfiar de que, por trás da iniciativa, esteja uma estratégia de privatizar a estatal.

- Inclusão bancária significa promover o acesso de milhões aos serviços básicos. São tarefas simples, mas essenciais, como depósitos, saques, abertura de contas e pagamentos. Uma parceria tão virtuosa como essa não pode morrer de maneira nenhuma - afirmou.

Já o senador Elmano Férrer (PTB-PI) e deputados do Nordeste que participaram da audiência afirmaram que estatais como o Banco do Brasil e a EBCT não podem agir visando somente ao lucro, deixando de lado compromissos sociais. Eles pressionaram por uma solução ainda durante a reunião, mas não obtiveram sucesso.

Greve

A atual greve de parte dos funcionários dos Correios também foi abordada durante a audiência. O secretário-geral da Federação Nacional dos Trabalhadores dos Correios (Fentect), José Rivaldo da Silva, aproveitou para esclarecer que a paralisação não ocorre apenas por melhores salários. Além do enxugamento das agências, demissões, ameaça de privatização e

modificações no plano da saúde são alvos dos protestos.

Em resposta, o presidente dos Correios lembrou que quem fica feliz com a greve são os concorrentes que atuam fora do serviço monopolizado pela estatal.

- Os correios passam agora pela hora da verdade. A empresa tem que se reinventar. O monopólio postal é uma atividade que cai a cada ano. O Brasil não fez a lição de casa. No passado, havia usuários do sistema. Hoje tem que ir atrás dos clientes. A atividade do monopólio acabou. Acabou! - avisou Guilherme.

Agência Senado

Finanças apertadas	
R\$ 2,1 bilhões	Prejuízo dos Correios em 2015
R\$ 1,5 bilhão	Prejuízo dos Correios em 2016
R\$ 800 milhões	Prejuízo dos Correios em 2017
6.045	Número de agências com bancos postais
5.062	Agências com bancos postais que dão prejuízo
1.979	Número de agências com obrigatoriedade de vigilante armado
1.558	Número de agências com obrigatoriedade de vigilância com déficit operacional

* Fonte: Presidência da EBCT

Vigilantes estiveram presentes na audiência



Acompanhando de perto esta situação, os dirigentes da Confederação Nacional dos Vigilantes - CNTV e do Sindicato dos Vigilantes do Distrito Federal - Sindesv/DF, aproveitaram a oportunidade para apresentar aos senadores

e os demais presentes, a situação que vem acontecendo com os vigilantes que trabalham nos Correios, que estão sendo demitidos por conta desta determinação de redução de custos e demissões dentro da empresa.

Santander é condenado por pressão para atingir metas

TRT considerou o banco culpado por humilhações sofrida por funcionária em reuniões



O Santander foi condenado por pressionar uma trabalhadora a atingir metas. A decisão é do juiz do Trabalho substituto Igor Cardoso Garcia, do TRT de São Paulo.

A funcionária, segundo o site Migalhas, alegou que durante as reuniões de trabalho, a gerente comentava a produção individual de cada trabalhador na frente de todos os empregados, mostrando inclusive um ranking das posições relativas a quantidade de vendas, e por isso, era frequentemente pressionada e humilhada.

Afirmou também que funcionárias com a mesma função, produção e tempo de empresa recebiam salário superior ao dela, que fazia horas extras frequentemente por ter que visitar clientes fora do horário de trabalho, sem poder contabilizar porque ultrapassariam as oito horas diárias. Relatou, ainda, ausência de hora de

descanso antes de começar a jornada extra e descontos mensais não autorizados.

O juiz Igor Cardoso Garcia julgou os pedidos parcialmente procedentes e condenou o Santander, considerando que a empresa já foi condenada diversas vezes em razão de assédio moral, a pagar R\$ 200 mil como medida de desestímulo.

“Deve-se ressaltar que, se o Poder Judiciário realmente deseja a redução das ocorrências de doenças ocupacionais - se as campanhas divulgadas na mídia não forem apenas figura de retórica -, as punições devem ser suficientes a estimular o transgressor a não mais repetir a transgressão. Afinal, o empresário investirá em segurança e saúde no trabalho apenas e tão somente quando for mais vantajoso tal investimento do que o custeio de indenizações. Até lá, preferirá custear indenizações a investir em segurança e, ao mesmo tempo, fingir que se preocupa com a saúde de seus empregados. Neste caso, estamos diante de mais uma trabalhadora vítima de grave ofensa em razão das altas pressões por atingimento de metas por parte de um banco. E apenas adotando indenizações que desestimulem a prática do ilícito (cobrança excessiva de metas, jornadas exaustivas etc) os bancos passarão a cuidar da saúde de seus empregados.”

Fonte: Bancarios-SP

Novo Código do Trabalho exige “novo sindicalismo”

Refiro-me ao resgate do sindicalismo de classe em detrimento do sindicalismo de categoria. Porque o Novo Código de Trabalho que vai substituir a CLT, a partir de novembro, confronta não essa ou aquela categoria de trabalhadores, mas toda a classe trabalhadora

A nova lei que vai passar a valer a partir de meados de novembro, que altera profunda e extensamente as relações de trabalho e a organização dos trabalhadores, impõe ou exige “novo tipo” de sindicalismo. Novo tipo, assim entre aspas, porque em grande medida esse “novo” ao qual me refiro não é novo. É até bastante antigo. É que foi abandonado e precisa ser resgatado, a fim de reinventar o sindicalismo brasileiro.

O sindicalismo que perdura até o momento e levou xeque-mate com a aprovação da Lei 13.467/17, que entre outras mazelas, restringe o acesso à Justiça do Trabalho, retira poderes e atribuições dos sindicatos, amplia a negociação coletiva sem o limite ou a proteção da lei e adota novos modelos de contratos de trabalho, em especial, o autônomo exclusivo e o intermitente — é resultado de décadas de práticas viciadas, que retiraram o conteúdo de classe social do movimento sindical.

Para entender os problemas que levaram à derrota do sindicalismo no Congresso Nacional, com a aprovação da Reforma Trabalhista, recorro ao sociólogo, cientista social e professor da Unesp (Universidade Estadual de São Paulo) Campus de Marília (SP), Giovanni Alves. Ele, que foi dirigente sindical bancário na década de 1980, diz que a prática no movimento sindical ainda é “artesanal”. Esta crítica é de 2010.

Em evento que participamos como palestrantes em Maceió em 2010, o professor fez uma exposição em que elencou o que chamou de

“misérias do sindicalismo”: 1) a fragmentação, 2) o corporativismo, 3) o burocratismo e 4) o economicismo. Todos estes “ismo” levaram ao aprofundamento da crise que ora acomete o sindicalismo brasileiro.

Estes desvios minaram o movimento sindical. A fragmentação tirou a força e vitalidade dos trabalhadores e suas organizações; o corporativismo exauriu o sentido de classe da luta dos assalariados fazendo-os olhar apenas para os problemas da categoria profissional ou econômica; o burocratismo diminuiu consideravelmente a ação sindical na base e fez as organizações menos presentes nas lutas mais sensíveis dos trabalhadores; e o economicismo despolitizou a luta ou agenda sindical fazendo com que os trabalhadores se comportassem apenas como categorias e não como classe social, em busca apenas de recuperar perdas ou ampliar vantagens econômicas. Agendas legítimas, mas sempre insuficientes no tempo e nos espaços políticos e sociais da classe trabalhadora.

Estas mazelas (todas juntas e misturadas) fizeram o sindicalismo atuar e movimentar-se sem conteúdo político, sem consciência e organização de classe, que redundou no seu enfraquecimento nos planos social e político. Talvez o exemplo mais evidente disto seja a perda de representação política nas casas legislativas — câmaras de vereadores (municípios), assembleias legislativas (estados) e o Congresso Nacional (deputados e senadores). Ao mesmo tempo em que vimos os representantes dos empresários aumentarem exponencialmente, em particular no Legislativo federal.

Enfrentar os problemas

Sair do “muro das lamentações” e enfrentar essas “misérias” podem ser as primeiras iniciativas para o movimento sindical iniciar a transição para o “novo sindicalismo”, que repito, não é novo. É o sindicalismo que foi abandonado e precisa agora

ser resgatado e revigorado.

Refiro-me ao resgate do sindicalismo de classe em detrimento do sindicalismo de categoria. Porque o Novo Código de Trabalho que vai substituir a CLT, a partir de novembro, confronta não essa ou aquela categoria de trabalhadores, mas toda a classe trabalhadora e suas organizações, do sindicato à central sindical.

O sindicalismo pós Reforma Trabalhista precisa entender o que está efetivamente em disputa. A burguesia brasileira, cuja face se faz conhecida pelo que chamamos eufemisticamente de mercado, não aceita mais que o Estado financie políticas públicas de empoderamento dos mais pobres. O orçamento público, na compreensão do mercado, não mais será para financiar políticas sociais para diminuir o profundo e extenso fosso social que separa os ricos dos pobres. O fim da política de atualização e recuperação do salário mínimo é um bom exemplo.

O “novo sindicalismo” vai precisar enfrentar a contradição entre o coletivo e o individual. A luta dos trabalhadores será cada vez mais coletiva, em contraposição a um código que quer impor negociações individuais, específicas, separadas e

descoladas das organizações, os sindicatos. E de outras agendas, como a que congela, em termos reais, os gastos públicos por 20 anos. Questionar e confrontar esta agenda regressiva faz parte da luta do movimento sindical. Mostrar aos trabalhadores que essa agenda nos enfraquece é tarefa urgente e fundamental.

O que quero dizer é que a luta dos metalúrgicos, por exemplo, interessa aos comerciários, que interessa aos bancários, que interessa a todos os trabalhadores, porque uma retroalimenta a outra economicamente e politicamente. Trocando em miúdos. A vitória econômica dos metalúrgicos fortalece os comerciários, pois aquece a economia. E se bem organizada e politizada fortalece a classe para uma disputa mais avançada, que é a disputa político-eleitoral para eleger representantes às casas legislativas, espaços cujos trabalhadores estão sub-representados e que, portanto, carecem de serem ocupados por representantes dos assalariados, para defender a agenda da classe trabalhadora, em particular, e a do povo em geral.

Marcos Verlaine* - Jornalista, analista político e assessor parlamentar do Diap



Expediente:

Boletim produzido pela assessoria de comunicação da CNTV

Presidente da CNTV: José Boaventura Santos

Secretário de Imprensa e Divulgação: Geraldo da Silva Cruz

Apoio: Jacqueline Barbosa

Diagramação: Anibal Bispo

www.cntv.org.br

cntv@terra.com.br

(61) 3321-6143

SDS - Edifício Venâncio Junior, Térreo, Lojas

09-11

73300-000 Brasília-DF